



Artículo Original

TRANStornados: Oficinas de Atividades, dinâmicas e projetos como espaços de suporte, reconhecimento e cidadania junto a jovens trans.

TRANStornados: Talleres de actividades, dinámicas y proyectos como espacios de apoyo, reconocimiento y ciudadanía con jóvenes trans.

TRANStornados: Workshops of Activities, dynamics and projects as spaces of support, recognition and citizenship with young trans people.

Késia Maria Maximiano de Melo¹, Luiz Carlos Falanque Junior²

¹ Professora Adjunta do Departamento de Terapia Ocupacional da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), Santa Maria, Rio Grande do Sul, Brasil.

² Graduado em Terapia Ocupacional. Universidade Federal de Santa Maria.

Resumo: Este estudo tem como objetivo central descrever a experiência de oficinas de atividades junto a jovens trans, visando a compreensão das possibilidades de ação terapêutico ocupacional junto a esta população. Trata-se de uma pesquisa participante, que tomou como campo privilegiado de investigação as intervenções de um projeto de extensão, que desenvolve suas ações junto a jovens marcados pela diferença. Os dados da pesquisa foram desenvolvidos no primeiro semestre de 2024, a partir de encontros semanais, registrados em diário de campo, e posteriormente, analisados à luz dos referenciais teóricos da terapia ocupacional social e dos estudos de gênero e sexualidade. Como eixos de análise da experiência, foi discutido o grupo como rede social de suporte e; a ampliação de repertórios diversos. Os resultados anunciam as oficinas de atividades, dinâmicas e projetos como potente recurso e metodologia na produção de possibilidades junto a esses jovens, sobretudo, no fortalecimento e na criação de redes sociais de suporte, e na ampliação do repertório de fazeres e de perspectivas mais críticas, no âmbito da vida cotidiana.

Palavras-Chave: Juventudes; Pessoas trans; Terapia Ocupacional Social; Antidepressão.

Abstract: The main objective of this study is to describe the experience of activity workshops with trans youth, aiming to understand the possibilities of occupational therapy action with this population. This is a participatory research, which took as its privileged field of investigation the interventions of an extension project, which develops its actions with young people marked by difference. The research data were developed in the first half of 2024, from weekly meetings, recorded in a field diary, and later analyzed in light of the theoretical frameworks of social occupational therapy and gender and sexuality studies. As

Recibido: 05/01/2025
Aceptado: 28/10/2025
Publicación: 06/11/2025

axes of analysis of the experience, the group as a social support network and; the expansion of diverse repertoires were discussed. The results announce the activity workshops, dynamics and projects as a powerful resource and methodology in the production of possibilities with these young people, above all, in the strengthening and creation of social support networks, and in the expansion of the repertoire of actions and more critical perspectives, in the context of daily life.

Keywords: Youth; Trans people; Social Occupational Therapy; Anti-oppression.

Resumen: El objetivo central de este estudio es describir la experiencia de talleres de actividades con jóvenes trans, con el objetivo de comprender las posibilidades de acción terapéutica ocupacional con esta población. Se trata de una investigación participativa, que tomó como campo privilegiado de investigación las intervenciones de un proyecto de extensión, que desarrolla sus acciones con jóvenes marcados por la diferencia. Los datos de la investigación fueron desarrollados en el primer semestre de 2024, a partir de reuniones semanales, registradas en un diario de campo, y posteriormente analizadas a la luz de los referentes teóricos de la terapia social ocupacional y los estudios de género y sexualidad. Como ejes de análisis de la experiencia se discutió el grupo como red de apoyo social y; la ampliación de diversos repertorios. Los resultados anuncian que los talleres de actividades, dinámicas y proyectos son un poderoso recurso y metodología para producir posibilidades con estos jóvenes, sobre todo, en fortalecer y crear redes sociales de apoyo, y en ampliar el repertorio de actividades y perspectivas más críticas, en el contexto de la vida cotidiana.

Palabras clave: Juventud; Personas trans; Terapia Social Ocupacional; Antiopresión.

1. Introdução

As experiências de pessoas trans são marcadas por intensos desafios que colocam as questões de gênero e sexualidade no centro (Leite Junior, 2024; Monzeli et al., 2023; Melo & Lopes, 2023; Braga et al., 2020; Monzeli, 2013) de uma articulação complexa com diversos outros marcadores sociais da diferença, tais como classe social, raça, geração, entre outros (Melo, Malifitano & Lopes, 2020). Tais vivências têm resultado em diversas formas de exclusão e marginalização, impactando as formas de participação na vida social e, consequentemente, na vida cotidiana desses sujeitos.

O gênero e a sexualidade são constructos complexos, e para compreender as experiências que decorrem de seu impacto, é preciso compreendê-lo como uma construção social (Butler, 2003). Judith Butler, em seu livro “Problemas de Gênero”, discute que gênero e sexualidade não são essências fixas, mas se compõem a partir da performatividade, ou seja, são produzidos por meio de atos e discursos repetidos que reiteram a ordem social existente.

As práticas de violências, marginalizações e exclusões são autorizadas a partir dos pressupostos he-

teronormativos (Warner, 1991), de modo que estes acabam por subsidiar a produção de lugares sociais às margens para pessoas que dissidem dessa lógica. Tal lógica (ou norma), denominada de heteronormatividade, refere-se à suposição de que a heterossexualidade é a regra, levando à marginalização de outras expressões da sexualidade e identidades de gênero. Esse sistema constitui a engrenagem da construção e manutenção das normas sociais, culturais e políticas, contribuindo para a invisibilidade e a discriminação de pessoas que não se encaixam nela.

O cotidiano de pessoas trans é marcado, dentre outras, por dificuldades de inúmeras ordens, muitas delas, naturalizadas não somente pelo sistema que as produz, mas muitas vezes, também pelos sujeitos que as vivenciam, dado seu caráter naturalizado, resultando em diversos impedimentos que impactam suas formas de circulação e participação social.

Essas violências se reproduzem por diversos contextos da vida social, assim como nas mais diferentes etapas do curso de vida, visto que sua expressão se evidencia desde a negação de direitos fundamentais até a construção de limites no que diz respeito à circulação nos espaços públicos ou a relacionamentos afetivosexuais, por exemplo (Melo & Lopes, 2021, p. 50).

Ao tomarmos como central a experiência de jovens trans¹, falamos de um recorte geracional onde determinadas a família, a escola, os espaços religiosos, entre outros, passam (ou deveriam passar) a se configurar como elementos de uma rede

que deve ser protetiva e de suporte social. Nessa mesma direção, equipamentos da rede de serviços também compõem essa rede social de suporte, tais como serviços de saúde, assistência social, cultura, esporte, lazer, entre outros.

A tecitura e a manutenção de uma rede social de suporte pode ser fortemente impactada por conflitos e pela consequente necessidade de reconfigurações (Melo, 2021), dadas as normativas de gênero que interpellam as relações sociais, impactando na construção e exercício da cidadania. No entanto, sobre essa mesma condição de cidadania, podemos inferir que as leis que garantem conquistas e acessos para as populações vulneráveis, como por exemplo, a população trans, são construídas à “conta-gotas”, constituindo sua forma de cidadania como “precária” (Bento, 2014).

A cidadania precária representa uma dupla negação: nega a condição humana e de cidadão/cidadã de sujeitos que carregam no corpo determinadas marcas. Essa dupla negação está historicamente assentada nos corpos das mulheres, dos/as negros/as, das lésbicas, dos gays e das pessoas trans (travestis, transexuais e transgêneros) (Bento, 2014, p. 167).

Ao ter sua condição de sujeito negada, entende-se a necessidade de uma rede social de suporte consistente. No entanto, ao jogarmos uma lente nos elementos que devem compor a rede protetiva de adolescentes e jovens, podendo considerar a escola como um equipamento que desempenha um papel fundamental na formação e desenvolvimento dos sujeitos, funcionando como um espaço

¹ É importante destacar que aqui, partimos da compreensão das juventudes como uma construção marcada por fatores sociais que demarca certa diversidade nas experiências forjadas em

dinâmicas sociais complexas, que são atravessadas por processos culturais, político, econômicos e históricos. (Silva, 2019).

de construção de relações sociais e aprendizados diversos (Louro, 2013; Vencato, 2014). Por outro corpos e disciplinado comportamentos, ao tomar a heteronormatividade como pressuposto central na regulação das dinâmicas sociais que a compõe.

Outro importante elemento da rede social de suporte é a família, que pode ser determinante para a busca por possibilidades de enfrentamento às violências e negativas sociais diversas vivenciadas no cotidiano, e que, por outro lado, também pode se constituir como o eixo central da produção dessas violências.

A cena de ausência de proteção também pode se reproduzir, nessa chave de contradição entre proteção e produção de violência, dependendo do contexto de vida dos sujeitos, nos espaços comunitários, religiosos, em instituições públicas, entre outros. Nesse sentido, faz-se necessária a proposição e consolidação de políticas públicas que visem a produção de cuidado, com vistas à construção e fortalecimento da cidadania desta população.

Apesar de perceptível, o avanço das políticas públicas brasileiras para essa população não se deu sem luta e fortes tensionamentos do movimento social. No contexto da epidemia de HIV/Aids, no início dos anos 1980, à época, fortemente relacionada aos gays, houve forte ação do movimento social, e essas mobilizações surtiram grande efeito e gradualmente foi incorporando grupos com outras identidades sexuais e de gênero, particularmente as travestis, no entanto, as políticas de prevenção em saúde colocavam a população LGBT como grupos de risco, considerando-a vetor do vírus, o que

lado, Louro (2013) aponta que a escola tem, ao longo de sua constituição histórica, pedagogizado acabava por contribuir para uma concepção moralizantes de suas identidades (Irineu, 2023; Pelucio, 2005).

Atualmente, no contexto brasileiro, o Sistema Único de Saúde (SUS) ampliou as políticas de produção de cuidado direcionadas a este público, como a Política Nacional de Saúde Integral de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais e, mais especificamente, o Processo Transexualizador do SUS, criado em 2008 e redefinido e ampliado em 2013 (Brasil, 2008; 2013). Atualmente, a normativa do Processo Transexualizador estabelece as diretrizes de assistência aos usuários do SUS com demanda para transição de gênero, bem como as normas para a habilitação de serviços do Processo Transexualizador.

Numa cidade da região sul do Brasil, funciona um serviço que visa responder à portaria do Processo Transexualizador. Tal equipamento funciona junto a um serviço de atenção especializada em saúde mental do município, e atende não somente a população trans, mas também toda população LGB-TQIAPN+.

Uma das práticas ofertadas no serviço corresponde a um grupo de jovens trans, intitulado pelos participantes de “TRANStornados”². O mesmo desenvolve oficinas de atividades, a partir de um projeto de extensão do Departamento de Terapia ocupacional da Universidade Federal de Santa Maria - UFSM. As proposições são construídas à luz dos pressupostos teórico-metodológicos da tera-

² O nome do grupo surgiu a partir de uma oficina de produção de Fanzine. O grupo, ao refletir sobre o lugar dos encontros produzidos pelas oficinas de atividades,

produziram, coletivamente, um fanzine sobre as atividades que o grupo desenvolve, bem como o que ele representa para os jovens que o compõe.

pia ocupacional social, e mediadas pelos extensistas, pela professora responsável pelo projeto, além da assistente social do serviço.

Tais pressupostos se colocam no desenlace da mediação saúde-doença e no confronto com as realidades sociais para além das questões que se colocam nas e para as políticas de saúde, apontando a necessidade de construção de intervenções junto aos sujeitos que são impactados pelas iniquidades sociais, com vistas à participação na vida social e a cidadania (Barros et al., 2002; Bardi et al., 2023). Nesse contexto, a proposta central das intervenções, a partir de oficinas de atividades, dinâmicas e projetos, visa a produção de cuidado junto a esses jovens, com foco na ampliação do repertório de possibilidades, a produção e fortalecimento das redes sociais de suporte, intencionando a construção de estratégias de enfrentamento às condições de marginalização.

Assim, este estudo tem como objetivo central descrever a experiência das oficinas de atividades junto a jovens trans, visando a compreensão das possibilidades de ação terapêutico ocupacional junto a esta população, por meio da experiência mencionada. Como chaves de análise da experiência, elencamos (1) “o grupo como rede social de suporte: entre o fortalecimento e o pertencimento” e; (2) “a ampliação de repertórios diversos: entre a crítica e o reconhecimento”.

2. Método

Trata-se de uma pesquisa participante (Brandão & Borges, 2007) que tem como proposição metodológica intervir junto aos sujeitos, comprometendo-se, direta ou indiretamente, com a transformação da realidade. Se caracteriza, entre outros, pela inserção do pesquisador num campo de investigação que é constituído, pela vida social, econômica, cultural e política de sujeitos ou grupos, que é/são

convidado/s a participar da investigação como colaborador/es, informante/es, interlocutor/es e participante/s ativo/s, devendo se localizar na realidade social sem perder de vista as interações e integrações que constituem a estrutura e suas dinâmicas (Brandão & Borges, 2007).

Nesse sentido, tomou como campo privilegiado de investigações as intervenções produzidas pelo projeto de extensão Juventudes, Vulnerabilidades, Desigualdades e Diferenças: Tecendo caminhos, mais especificamente, das Oficinas de Atividades, Dinâmicas e Projetos desenvolvidas por meio dele. Os grupos de atividades terapêutico-ocupacionais possibilitam, além de intervenções junto aos sujeitos com os quais atuamos, um “importante e potente recurso para a apreensão de suas realidades no âmbito da pesquisa” (Pereira & Malfitano, 2014, p. 5). Assim, a vinculação dessa pesquisa ao projeto de extensão, foi de grande relevância, sendo esta, estabelecendo uma dialética entre ação técnica e produção de conhecimento em terapia ocupacional.

As Oficinas de atividades se constituem como um espaço que possibilita as trocas, o compartilhamento de vivências, idéias, percepções, a construção e realização de projetos e fazeres coletivos e individuais, de atividades grupais que fomentem reflexões e debates sob uma perspectiva crítica, experimentações diversas, além de processos educativos acerca de direitos e deveres e da relação estabelecida entre as dinâmicas sociais mais amplas e as repercussões no âmbito da vida cotidiana. As dinâmicas são entendidas como atividades específicas, que compõem o universo desses encontros, utilizadas como recursos para intervenção ou no próprio desenrolar do que se desenvolve nas oficinas, que podem gerar a construção de relações e de trocas entre os participantes, estreitando vínculos e a autovalorização. Por fim, os

projetos, pode ser compreendido como um desdobramento do que é debatido, fomentado e construído no âmbito das oficinas de atividades e ainda, das dinâmicas, uma vez que esses espaços possibilita a construção de projetos conjuntos, singulares, individuais ou coletivos (Lopes et al., 2014; Pan et al., 2022).

O projeto de extensão desenvolve atividades junto a jovens marcados pela diferença que estão inseridos na rede de serviços de uma cidade da região sul do país. Dentre algumas frentes à qual o projeto se dedica, no âmbito do desenvolvimento de

susas ações, esta pesquisa debruçou-se sobre um grupo de jovens trans, que tinha suas atividades desenvolvidas junto ao projeto, num serviço que visa responder ao processo transexualizador.

Tabela 1. Encontros: Oficinas de atividades, dinâmicas e projetos

| ENCONTRO | OFICINA/TEMA | OBJETIVOS |
|------------|------------------------------------|---|
| 1 | Primeiro contato | Criar um espaço de aproximação |
| 2 | “Identificações e reconhecimentos” | Identificar características que admiram em pessoas trans publicas |
| 3 | “O que é ser uma pessoa trans?” | Através das mais diversas expressões artísticas contar sobre experiências trans |
| 4 | “Nós na cidade” | Compartilhar os espaços de circulação, bem como os espaços que possuem o desejo de acessar. |
| 5 | “O movimento trans local” | Relacionar as reivindicações pessoais dos jovens com o movimento trans da cidade |
| 6 | Ida ao Museu | Ampliar o repertório de espaços de circulação |
| 7 | Cine Trans | Discutir pautas políticas trans |
| 8 | “A Pessoa Trans Ideal” | Discutir e relacionar estereótipos de gênero |
| 9, 10 e 11 | Fanzine | Discutir e elaborar as percepções sobre o grupo, bem como confeccionar convite para convidar mais jovens. |
| 12 | Misturando gostos | Integração de novos participantes e a construção da Playlist do grupo |
| 13 | Fanzine | Finalização do Fanzine e mapear os espaços que queremos deixar para chamar mais jovens |

Os dados construídos nesta pesquisa correspondem aos registros (em texto e imagens) em diários de campo, dos encontros suscitados pelas oficinas de atividades, dinâmicas e projetos, realizados por meio de diários de campo do extensionista, de um total de 13 encontros (Tabela 1), que ocorreu semanalmente, durante o primeiro semestre de 2024, com duração média de uma hora, e participação de 8 a 14 jovens trans (majoritariamente meninos trans), com idades compreendidas entre 14 e 19 anos. Os dados foram sistematizados, analisados e apresentados à luz da terapia ocupacional social em articulação com os referenciais dos estudos de gênero e sexualidade.

Os nomes dos participantes das oficinas foram substituídos por letras, como forma de preservar suas identidades. A pesquisa obedeceu a todos os parâmetros éticos, e teve aprovação no Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Federal de Santa Maria - UFSM sob parecer CAAE 65354022.2.0000.5346.

3. Resultados e discussão

3.1. O grupo como rede social de suporte: Entre o fortalecimento e o pertencimento

A família, configura-se como um núcleo constituído por laços consanguíneos, de aliança ou afinidade e de extrema importância para manutenção e regulação da garantia de direitos para jovens e adolescentes (Brasil, 2004). Assim, a possibilidade de se contar com uma rede social de suporte que abrange o círculo de familiares, amigos, a comunidade é de grande relevância quando se trata de superar condições diversas que impactam as formas de participação social. Quando falamos sobre jovens trans, muitos deles não possuem uma rede social de suporte consistente, chegando a serem

expulsos de suas casas, ou adentrar no mercado do sexo, como forma de garantir manutenção econômica, mas também, construir redes de sociabilidade e proteção. (Pelucio, 2005; Duque, 2009; Melo, 2016).

Para Marques (2009), as redes sociais de suporte, referem-se à sistematização de experiências estruturais e simbólicas construídas cotidianamente, tecidas por pessoas, atividades e lugares, tendo por finalidade o oferecimento de apoio e suporte social. Elas podem ser de cunho formal ou informal, representadas, no âmbito da formalidade, pelas formas de articulação entre agências governamentais e/ou destas com redes sociais, organizações privadas ou grupos que lhes permitem enfrentar problemas; ou, ainda, nos seus aspectos informais, quando se referem a um conjunto de interações espontâneas, que podem ser compostas por relações diversas como com amigos, familiares, auxílios religiosos, inserções ilegais, entre outros (Bardi & Malfitano, 2014).

Durante as oficinas de atividades, a temática família atravessou boa parte dos debates, nos levando a perceber que embora quase todos os jovens descrevessem suas relações familiares como “estáveis” ou “comuns”, essas descrições eram acompanhadas pelos conflitos produzidos pelo não entendimento ou não aceitação dessas famílias quanto às identidades de gênero dos jovens. Essa compreensão parece ser produzida pelo reconhecimento das famílias quanto ao provimento de recursos materiais e apoio econômico na manutenção daquilo que se espera socialmente que uma família faça por um filho, buscando garantir a manutenção dos recursos necessários para o desenvolvimento de suas atividades cotidianas, como ir à escola e acessar um espaço de cuidado em saúde, por exemplo. No entanto, a mesma família que

provê recursos, também produz práticas e discursos que acabam por cercear as possibilidades materiais e simbólicas da construção identitária desses jovens, não respeitando, muitas, vezes seus processos de descobertas e desenvolvimento de interesses, chegando, em alguns momentos, a produzir negociações para garantir que os jovens frequentem espaços como a igreja, ao torná-la condição central para que ele tenha apoio (deslocamento, etc.) na ida ao grupo de jovens.

Falas como as de HN, um menino trans de 14 anos, anunciam como essas negociações vão compondo a contradição proteção-violência, na relação entre os jovens e suas famílias:

Não pude participar do grupo passado porque não fui na catequese. Agora é assim, minha mãe disse que só posso vim no grupo se for na catequese todos os sábados. Eu não gosto de lá, não me sinto à vontade, não tem nada a ver comigo, mas também não quero deixar de vir no grupo (HN).

Esse exemplo mostra como a família, mesmo garantindo certa proteção assentada na dimensão material, muitas vezes violenta esses jovens ao estabelecer condições que os coloca diante de situações que deveriam, em alguma medida, passar por suas escolhas e/ou interesses, criando muitas vezes a sensação de que sua opinião e desejo não são relevantes, como também a sensação de não pertencimento. Essa sensação de não pertencimento, tomando o caso de HN como exemplo, ganha dupla conotação: na relação com a família, e na relação com o espaço religioso que se sente obrigado a frequentar para conseguir participar das atividades do TRANStornados.

Nessa direção, Melo (2021) discute que muitas vezes, o duplo e contraditório lugar ocupado pela família na trama das redes de apoio, acaba por tirar

dos sujeitos a condição de elaborar novas estratégias de enfrentamento, visto sua posição de controle, que muitas vezes, recai na manutenção concreta das engrenagens do sistema de gênero. Essa manutenção, ainda partindo da fala de HN, recai no filho trans como “problema” que “desestrutura os vínculos e relações familiares”, conforme ele relata ao compartilhar, recorrentemente, que se sente culpado pelas discussões que acontecem entre seus pais, visto que a mãe “apenas tolera” a sua identidade de gênero, enquanto seu pai, apesar das ressalvas, acolhe suas demandas, mediando a sua relação com a mãe.

Ainda no que diz respeito aos aspectos que envolvem as relações e vínculos familiares, SL, um jovem transmasculino de 19 anos relata com frequência as sensações e angústias que a não compreensão, e consequente ausência familiar, podem causar:

Todo mundo me abandonou porque eu sou assim, minha família me abandonou, meus amigos me abandonaram, as pessoas sempre se cansam de mim porque eu sou todo errado e exaustivo (SL).

SL, sofreu inúmeras violências e abandono familiar, chegando a ser abusado sexualmente pelo pai. Decidiu fugir para a casa de um casal que conheceu em plataformas digitais, onde mais uma vez passou por diversos conflitos e violências. Na ocasião da redação deste texto, SL reside em uma casa de passagem da cidade, onde diversas vezes durante as oficinas de atividades compartilha situações de desrespeito à sua identidade de gênero:

É horrível viver lá, ninguém me respeita enquanto pessoa trans, se algum outro morador diz algo para mim e eu vou procurar ajuda das pessoas que trabalham lá, acabo sendo desrespeitado duas vezes, porque

para os técnicos quem é o errado sou sempre eu, já me julgam antes mesmo de eu falar (SL).

A condição socioeconômica de SL, ao interagir com os aspectos colocados pela dimensão de gênero, intensifica as situações de opressão vivenciadas por ele. Estamos falando, portanto, de sujeitos que “vivenciam processos de marginalização e estigmatização social, e da maneira pela qual esses processos incidem sobre a construção de trajetórias e possibilidades concretas de viver a vida” (Melo et al., 2023, p. 3).

Apesar de menos recorrentes, também são compartilhadas durante as oficinas, experiências de apoio familiar. RN, um jovem de 15 anos que se identifica como não-binário, conta que percebe uma maior disponibilidade no que diz respeito ao suporte familiar, sobretudo na compreensão das tramas que devem e podem ser traçadas em uma direção de constituição de apoio social não só no que tange a dimensão prática da vida, mas também no que diz respeito à dimensão simbólica:

Minha mãe é militante e bissexual, né? Cresci indo à passeatas e protesto, principalmente as que envolviam a questão do feminismo. Quando contei para minha mãe que era uma pessoa trans, ela foi super compreensiva, me ajudou a entender melhor sobre mim mesmo, procurou ajuda junto comigo, me escuta, me ensina. (RN)

Foi através dos encontros produzidos por meio das oficinas de atividades, que o grupo de jovens foi desenvolvendo um vínculo importante entre si, começando a constituir parte importante da trama da rede de apoio, segundo suas próprias narrativas, e isso foi sendo construído gradativamente, com os comentários elogiosos sobre signos e símbolos que iam também sendo incorporados à

forma como os jovens constituíam sua estética, com à menção à falta que alguém havia feito mediante ausência na semana anterior, na preocupação com o desenrolar de alguma história compartilhada durante os encontros, no encorajamento diantes de atividades que exigiam habilidades que nem todos do grupo mobilizavam, nos convites para fazer alguma coisa juntos no final de semana, nas caronas oferecidas por alguns familiares após as oficinas, entre outras.

Sendo as oficinas de atividades

espaços de convivência e aproximação dos sujeitos, em que podem ser utilizadas atividades diversas (corporais, lúdicas e plásticas) como recursos mediadores em sua operacionalização, buscando a aproximação com as demandas dos sujeitos parametrizadas pelas noções de cidadania, direitos/deveres e participação democrática (Silva & Malfitano, 2021, p.3),

é possível apontar a convivência como um potente elemento a ser fomentado por meio das trocas suscitadas nestes espaços, como forma de fomentar a construção de novas/outras redes sociais de suporte.

SL, que vivia na casa de passagem, encontrou na relação com RN um apoio importante para compartilhar momentos, expandir os repertórios e experiências, experimentar novas habilidades, e também para ser apoio nas situações adversas, dormindo na casa do amigo e convivendo com seus familiares. Evidenciamos a importância das redes sociais de suporte como possibilidade de estratégia dos jovens na construção de laços sociais mais fortes, vistos como indispensáveis para que possa fazer frente às situações sociais adversas presentes no enfrentamento de suas dissidências de gênero e seus contextos de vida (Marques, 2009).

Apesar do pressuposto da escola como parte importante da rede social de suporte de alguns sujeitos, diversos estudos, apontam as dificuldades encontradas por pessoas trans para o acesso, mas principalmente para a permanência nesse espaço, como por exemplo, o não reconhecimento do nome social (Bento & Pelúcio, 2012), o impedimento do uso do banheiro com o gênero que se identifica (Duque, 2009; Monzeli, 2013) e diversas outras violências vivenciadas nesse circuito (Kulick, 1998; Benedetti, 2005; Miskolci, 2012; Andrade, 2012). Ao passo que consideramos a escola como uma instituição em que os discursos e práticas produzem e reforçam verdades que determinam as regras de convivência social ao demarcar posições e relações hierárquicas, nomeando e legitimando condutas; a educação, por outro lado, se configura como um direito fundamental, visando

o pleno desenvolvimento do sujeito e qualificação para o trabalho, assegurando a igualdade de condições de acesso e permanência na escola (Brasil, 1990). Além disso, a escola também se compõe como espaço para apreensões diversas que dialoguem com as possibilidades de transformação, acessos e cidadania.

Na oficina de atividades “Nós na cidade” que tinha como objetivo, através de um mapa da cidade, marcar os espaços do território pelos quais os jovens circulam cotidianamente e os que têm vontade de conhecer (Figura 1), nas narrativas que decorreram do mapeamento, a escola não se mostrou um espaço de produção de cuidado e aceitação para os jovens.

Figura 1 - Mapa com intervenção dos jovens



Fonte: Acervo Pessoal (2024).

Eu não acho que a escola é um lugar para pessoas como nós. Mesmo que digam que é através da escola que eu vou conseguir a minha liberdade, eu não consigo entender como dá pra ficar em paz num lugar em que as pessoas não respeitam o seu nome, em que os próprios funcionários olham pra você com preconceito, como esse lugar pode ser bom. (DG).

A fala de DG demarca a escola como um espaço onde, novamente, a contradição proteção-violência se coloca. Ao passo que deveria ser um espaço em que a convivência com a diferença deveria ganhar lugar de destaque nos aprendizados produzidos, e que, por consequência, deveria proteger todos os sujeitos que a ela compõe, é também o lugar onde a normativa social encontra engrenagens que as reproduz e fortalece, produzindo experiências marcadas pelas impossibilidades ou dificuldades de participação social.

RO, um jovem trans de 14 anos, relata que junto com sua mãe conseguiu uma autorização da escola para que suas atividades fossem desenvolvidas em regime domiciliar, visto que, no espaço escolar, enfrenta muitos problemas relacionados tanto ao preconceito decorrentes de sua identidade de gênero, quanto por ter um diagnóstico de transtorno do espectro autista. Ele conta que “se a escola não é acolhedora, e é possível aprender em casa, melhor assim” (RO). A ideia de que a vivência escolar pode ser substituída pelo aprendizado no espaço domiciliar parece decorrer de uma experiência de convivência pouco acolhedora neste espaço, reconfigurando, inclusive, os sentidos atribuídos à propria experiência e ao lugar da escola nos processos de aprendizados diversos, na produção de espaços de convivência, na construção e manutenção das relações sociais, e nas relações protetivas.

Outro participante do grupo, EC de 17 anos, aluno do segundo ano do ensino médio nos relata que:

eu desisti de ser uma pessoa trans na escola porque ninguém me respeita, os alunos, os professores, nem pelo nome social eles me chamam e a coordenação da escola também não, é horrível ser uma pessoa trans nessa escola e é por isso que desisti de ser trans lá, deixo todo mundo me tratar no feminino, melhor evitar problemas e bullying e lidar com a questão da transexualidade de maneira interna, só eu comigo mesmo. (EC).

Ainda que em 2018, o nome social tenha sido reconhecido como direito às pessoas trans, no âmbito das instituições educacionais (BRASIL, 2018), cabendo à instituição ou ao município adotá-lo ou não, grande parte dos participantes do grupo diz encontrar dificuldades para conseguir ser chamado pelo nome social na escola.

Louro (2003) diz que na “escola, pela afirmação ou pelo silenciamento, nos espaços reconhecidos e públicos ou nos cantos escondidos e privado, é exercida uma pedagogia da sexualidade, legitimando determinadas identidades e práticas sexuais, reprimindo e marginalizando outras” (p.31), como é o caso dos relatos vistos anteriormente. Isso faz com que esses jovens não possam vivenciar a escola como um espaço de sociabilização, pertencimento e construção de um sujeito cidadão, justamente por representar mais uma instituição que, frente às experiências de quem dissidente de gênero e sexualidade, acaba produzindo formas diversas de violência e é só através da resistência (Andrade, 2012) e das mais diversas expressões e ferramentas de enfrentamento, que algumas pessoas trans conseguem concluir o percurso da vida escolar. Ainda que algumas concluem o ensino básico, a maior parte não projeta a inserção

em um curso de graduação ou técnico pelas negativas já encontradas nas experiências escolares (Ferreira & Miranda, 2024).

Poucos foram os espaços além da escola e da família, mencionados como elementos de suas redes de relações. Espaços de lazer são predominantemente acessados junto à família, e o medo aparece como um elemento relevante na relação com outros espaços. BN compartilha com o grupo, na ocasião da oficina do mapeamento, que tem dificuldade de lidar com os olhares quando utiliza vestimentas e acessórios que não são lidos como coerentes pelos moldes heteronormativos. A maior parte do grupo o acolhe, compartilhando também experiências de preconceito que os fez não desejar acessar determinados espaços.

Um espaço colocado como importante na composição da rede social de suporte de um dos jovens, foi o terreiro. TL, jovem pertencente a uma religião de matriz africana, demarca sua relação com a prática religiosa como fortemente importante, compartilhando semanalmente histórias e pontos cantados. Ele conta que nunca sofreu nenhum tipo de preconceito nesse espaço, e concentra seus esforços em narrativas a partir de vocabulários que envolvem significados traduzidos nos termos do universo da espiritualidade, não deixando espaço para a compreensão sobre as relações sociais que ali se tecem.

De maneira geral, as relações construídas no interior das oficinas de atividades, e as trocas e vínculos produzidos por meio delas acabaram se constituindo como um importante elemento na trama das relações sociais desses jovens, configurando-se como um espaço em que eles podiam se expressar sem ter o estranhamento como devolutiva, experimentar novas possibilidades práticas e discursivas, trocar experiências que partem da

construção social que demarca pontos de encontro entre elas, construir alguma apropriação sobre os mecanismos que engendram suas vivências e, sobretudo, as dificuldades encontradas na manutenção das práticas cotidianas, o que entendemos que constitui a produção de pertencimento, elemento essencial para as lutas por reconhecimento (Fraser, 2008; Melo, Farias & Lopes, 2023). Construir formas de autonomia junto aos sujeitos passa, entre outros, pela produção e pelo fortalecimento de uma rede social de suporte (Barros, Ghirardi & Lopes, 2002), com vistas ao apoio para a manutenção da vida cotidiana e para a ampliação de formas de participação social. Sendo esta uma das chaves de intervenção da terapia ocupacional social, as oficinas de atividades, no contexto da intervenção junto aos jovens trans desta pesquisa, proporcionaram não somente formas de pertencimento, de reflexões e de compartilhamento. No âmbito desse espaço também produziu-se um fazer coletivo que extrapolou os espaços institucionais, ganhando contornos no âmbito das ampliação das possibilidades de fazer, na possibilidade de projetar desejos, de expressar sentimentos, de reconhecer injustiças, na produção de estratégias de enfrentamento às diversas formas de exclusão, apoio para criar, elaborar e experimentar, criando possibilidades de fortalecimento pessoal e social, desindividualizando problemas sociais.

Nesse sentido, fortalecimento pessoal e social também passam a ser elementos importantes na resultante do que outros/novos vínculos podem produzir nessas experiências, tornando possível inclusive a problematização daqueles que deveriam ser considerados elementos protetivos em suas redes de apoio e são lócus de produção/manutenção de formas de violências diversas.

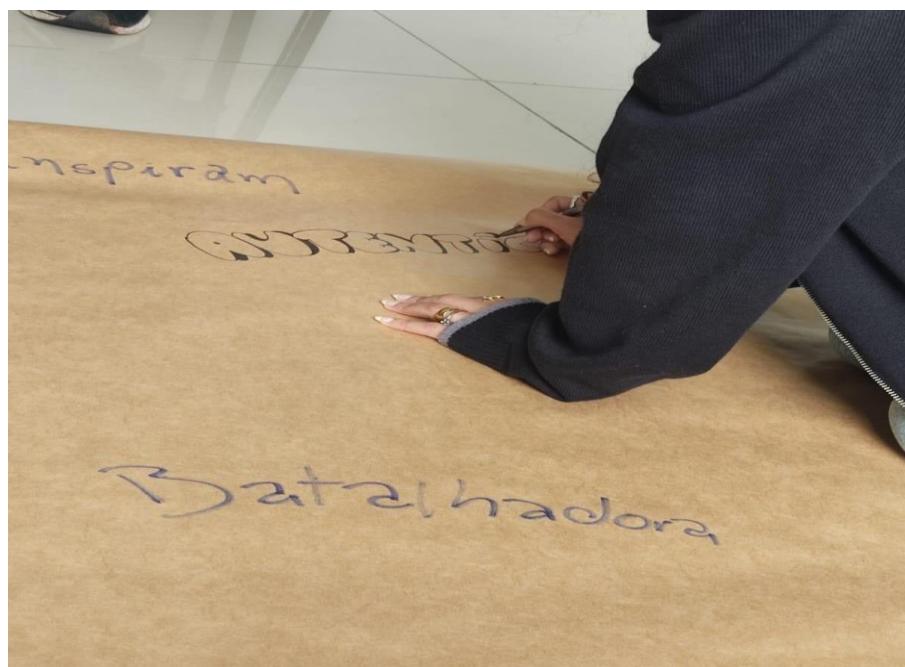
3.2 A ampliação de repertórios diversos: Entre a crítica e o reconhecimento

Os repertórios que se reúne ao longo da vida são essenciais para que os sujeitos possam realizar suas escolhas, mobilizar recursos para a manutenção das práticas cotidianas, para que possam se reinventar diante das situações adversas, entre outros. Se a experiência é essencial para a construção dos repertórios materiais e simbólicos (Scott, 1998), quando elas são assentadas em expressões diversas das desigualdades sociais, podem construir repertórios precários no âmbito das atividades cotidianas, e muitas vezes, acríticos (Melo,

2021). Assim, este item de análise visa apresentar e discutir os dados que anunciam este eixo da pesquisa.

Durante a oficina de atividade “Identificações e reconhecimentos” (Figura 2), os jovens, foram reconhecendo uns nos outros características que os inspiravam, de modo que as personalidades públicas foram ficando secundárias enquanto reconhecimento de suas potencialidades, criando assim um espaço de reconhecimento de potencialidades e de valorização das qualidades entre os participantes do grupo.

Figura 2 - Cartaz das personalidades públicas que inspiram



Fonte: Acervo pessoal (2024).

Isso se deu por um caminho de problematização, que, entre outras, interroga os sujeitos sobre o que faz uma pessoa ser inspiradora e, ainda, sobre quais contextos são favoráveis à produção daquilo que se entende como qualidade. Tais provocativas acabaram recaindo num olhar sobre si como parte da resultante das marcas de uma dinâmica social excludente e estigmatizadora, e não como um produção meramente individual. Essa perspectiva visa desindividualizar problemáticas que, são, antes de tudo, sociais, como nos ensinaram Barros et al. (2002), e ainda, apoiar a produção crítica do olhar sobre a vida cotidiana, sob a aposta deste como fundamental no fomento à antiopressão e à liberdade (Farias & Lopes, 2022).

apesar [dessa] cotidianidade estruturada na opressão, destacamos a curiosidade crítica que resiste/existe, que promove rachaduras

que podem alimentar um pensar/fazer distinto, a fim de examinarmos criticamente os processos de vida e as chances de transformar o mundo e gozar os bens sociais (Farias & Lopes, 2022, p.7).

Durante uma das oficinas de atividades, LG aponta: “certos homens trans acabam com a imagem da população LGBTQIAPN+”. Ao compartilhar essa percepção, incita uma discussão sobre o que é ser homem trans, visto que a sequência de sua fala demarca uma série de prescrições em torno do que caracterizaria determinadas vivências transmasculinas como legítimas. A partir disso, foi proposta uma oficina de atividades (Figura 3) cujo objetivo era, diante de um “corpo neutro”, construir coletivamente, um “corpo trans”.

Figura 3 – “A pessoa trans ideal”



Fonte: Acervo pessoal (2024).

As discussões apontam que, para alguns deles, se reconhecer como pessoa trans remonta a necessidade de responder à novas normas de gênero, sobretudo a partir das construções corporais binárias, e ainda, dos comportamentos, sob a perspectiva de que isso subsidiaria a legitimidade da luta política. Para outros, no entanto, a diversidade de possibilidades na construção dos corpos é que deve ser defendida e preservada. Essas trocas foram trazendo elementos que subsidiaram o debate sobre “quem tem direito a ser reconhecido como sujeito?”, “o que torna determinadas identidades e corporalidades aceitáveis?”, “quais as repercussões de leituras excludentes sobre as identidades, para os sujeitos que as vivenciam?”, “qual o lugar e o limite do respeito nas relações sociais”, e também sobre políticas públicas para pessoas trans e movimento trans.

Durante um dos encontros do TRANStornados, ocorreu uma roda de conversa com uma das líderes do movimento trans da cidade. Essa ideia surgiu após uma conversa, em que o jovem KN, compartilhou com o grupo sobre as leituras que estava fazendo, por conta dos encontros do partido político no qual havia se filiado. KN também compartilhou a sua opinião sobre a importância de pessoas dissidentes de gênero e sexualidade ocuparem os espaços do movimento social institucionalizado, para construir novas possibilidades a partir das suas vivências. Ao final, disse:

O meu corpo é um corpo político, então eu preciso articular e pensar de maneira coletiva, buscar espaços que me fortaleçam, para conseguir lidar com alguma das barreiras de ser uma pessoa trans (KN).

O debate sobre o movimento social, num contexto em que boa parte dos participantes do TRANStornados fazem uso de maneira intensa de mídias di-

gitais, coloca no centro a discussão sobre ação coletiva, evidenciando as reconfigurações apontadas por Carvalho & Carrara (2015) sobre as novas formas de movimento social, e as tensões que se evidenciam, sobretudo, entre entendimentos e ações de gerações distintas de pessoas trans.

No bojo desse debate, a roda de conversa com uma das líderes do movimento trans local demarcou, a partir da história de vida dela, os avanços e retrocessos no âmbito dos direitos e da cidadania. Ao narrar sua história de vida, sobre diversos espaços para a comunidade que ela viu surgir e desaparecer na cidade, lugares que sempre foram seguros para a população LGBTQIAPN+, entre outros, oferecia para os jovens elementos contextuais que os ajudaram a localizar suas vivências numa trama social que envolve luta e organização coletiva. Além disso, ela contou sobre a construção de uma “torcida organizada LGBT” de um dos times da cidade nos anos 1980 e como essa foi uma experiência que mediou uma expressiva mobilização das pessoas dissidentes de gênero e sexualidade na cidade, oportunizando a produção de pertencimento.

Durante a roda de conversa, foi discutida a importância de construir a luta coletiva alinhada à paixões que sejam do interesse de todas as pessoas trans, reconhecendo a unidade na diversidade, o que pareceu colocar em cheque uma trajetória de desafios que assenta na luta política seus sentidos de existência e resistência, apontando essa possibilidade como ferramenta para o enfrentamento às condições cotidianas de marginalização. Nesse sentido, destaca-se Lopes et al. (2004) ao discutir que os espaços das oficinas de atividades possibilitam não somente o aprendizado e o reconhecimento das necessidades dos sujeitos como o desenvolvimento da capacidade destes para buscar soluções próprias e criativas para suas questões. Balizando essa prerrogativa com a proposição de

uma prática que se faz na articulação entre o as dimensões macro e microssociais (Barros et al., 2002), reconhecer-se como parte de uma dinâmica social excludente, mas encontrar pertencimento pela identificação com as experiências individuais e coletivas parece produzir certo pertencimento, além de fortalecimento pessoal e social, podendo abrir espaços e possibilidades no âmbito da vida cotidiana.

O reconhecimento da condição de sujeito e da condição cidadã, no contexto das oficinas de atividades do TRANStornados, balizando experiências individuais com debates sobre as dinâmicas sociais mais amplas aparecem em falas como: “Se todo mundo tem o direito a ser diferente, então eles vão ter que mudar meu nome na chamada, sim!” (BN); “Se não ocuparmos os espaços, nunca vamos ter nossos direitos garantidos” (KN); “Eu posso ser alguém, independente de ser diferente” (RN); “A heteronormatividade não me representa!” (SL).

O reconhecimento como pressuposto da justiça social, que também é acionado nas práticas em terapia ocupacional social como forma de enfrentamento às mais variadas formas de exclusão, se mobiliza em níveis de complexidades diversos, que vão desde as microrrelações até as dinâmicas sociais mais amplas. Quando falamos de terapia ocupacional social, como mencionado, estamos nos deslocando das questões que colocam o eixo saúde-doença no centro e tomando como ponto de partida das nossas análises e intervenções as contradições sociais que impactam a produção da autonomia e o exercício da cidadania, sendo estas essenciais para a manutenção da vida cotidiana (Barros et al., 2002). O filósofo e historiador Michel Foucault coloca a sexualidade como construída discursivamente, tomando o discurso como um conjunto de ações que colocam uma norma marcada no espaço-tempo, social, econômico, ge-

ográfico e linguístico como produção de uma verdade, a partir da constatação desta como um dispositivo histórico do poder (Foucault, 1985).

Ao terem seus corpos lidos pelas lentes do estigma (Goffman, 1982), remontam-se experiências marcadas por uma série de barreiras impeditivas para as diversas formas de participação social, como é o exemplo, do jovem KN que nos conta sobre suas experiências em um dos shoppings da cidade:

Eu desisti de ir lá (no shopping) porque toda vez que vou recebo vários olhares negativos e uma vez aconteceu de eu estar com um amigo meu, que também é uma pessoa trans, e o segurança de uma das lojas só ficava tratando nós no feminino e tudo isso porque a gente tava com uma maquiagem no olho (KN).

Esses episódios suprimem as possibilidades de circulação e exposição social de pessoas trans, seja pelos olhares, pela insistência em não tratar pelo pronome correto ou, no limite, pela violência física, muitas vezes resultando em invisibilidades e não acessos.

Ou seja, apesar das conquistas e garantias constitucionais e outros direitos obtidos pela população de LGBT, o Brasil se mostra como um dos países com forte intolerância contra esse segmento. A diversidade tipológica da intolerância e da violência variam de forma crescente, desde o assédio moral, a discriminação até a morte. (Silva, 2016, p. 6)

O reconhecimento dessas injustiças fora dos marcos da individualidade, no âmbito das trocas que ocorriam nas oficinas de atividades, demarca o caráter deste recorte metodológico de transitar, através de suas proposições, entre o individual e o coletivo (Pan et al., 2022)

A partir da oficina do mapeamento dos usos da cidade, já mencionada anteriormente, foi organizada uma ida ao Museu de Arte local para visita à Exposição Artística do Mês do Orgulho LGBT e conversar com algum dos artistas que estavam com suas obras expostas. Após articulações diversas para planejar a visita, durante a mesma, os jovens expressavam intenso contentamento em conhecer e se (re)conhecer nos artistas, estudantes de artes visuais, pessoas trans e dissidentes de sexualidade. A partir dessa experiência, um dos participantes do grupo pediu apoio para a viabilização da construção de uma exposição de seus desenhos no museu.

Os processos de apropriação de espaços da cidade, e do reconhecimento de seus corpos no âmbito dessa circulação urbana também foi um componente importante da constituição da ampliação dos repertórios de possibilidades. Metodologicamente, o trânsito entre as oficinas de atividades, as dinâmicas que dela decorrem, e os projetos que se constróem como forma de mediar o fazer e a construção coletiva pode ser percebido fortemente nessa cena. No encontro seguinte que tivemos com todo o grupo (e não só daqueles que participaram da ida ao Museu), quando foi compartilhada a experiência sobre como tinha sido a visita à exposição, muitos dos jovens apontaram que não levaram adiante o desejo de ir, inicialmente, porque nunca imaginaram pessoas como eles ocupando um lugar considerado “erudito”. HN, o jovem que teve interesse em saber como fazia para expor seus trabalhos, trouxe para o grupo:

Eu pensei que só fosse encontrar aqueles quadros clássicos de mulheres e peito de mulheres e silhueta de mulheres... nunca pensei que fosse ver duas mulheres se beijando, corpos fora do padrão expostos. Tinha até umas colagens parecidas com as que a gente já fez aqui. (HN)

Nesse sentido as oficinas de atividades no grupo de jovens trans foram funcionando como um lócus, onde esses repertórios se encontram e possibilitou diversas trocas de experiências, tornando-se o ponto de partida para novas possibilidades. Eram compartilhados desde dicas de técnicas para atividades de processos artísticos, até como lidar com as adversidades da vida sem perder de vista que os mecanismos que as produz, sob a perspectiva de não produzir/reforçar processos de culpabilização.

Assim, as oficinas de atividades produzidas por meio dos referenciais teórico- metodológicos da terapia ocupacional social, podem ser consideradas como espaços de produção de possibilidades; de ampliação das lentes com as quais se enxerga as dinâmicas sociais, e por consequência, como se vê a vida; de mobilização de experiências e possibilidades que se produzem, entre outras, no fortalecimento pessoal e social dos sujeitos e; na produção de pertencimento, com vistas ao reconhecimento.

4. Considerações Finais

A presente pesquisa demonstrou que as oficinas de atividades, dinâmicas e projetos configuraram-se como importantes estratégias de acolhimento, cuidado e, em alguma medida, transformação para os jovens. Por meio das oficinas de atividades, foi possível identificar o impacto das construções de gênero na produção da vivência desses jovens, como também foi um elemento importante na construção de pertencimento, fortalecimento de redes sociais de suporte, apropriações e debates críticos sobre a realidade vivenciada e ampliação de repertórios de fazeres, dimensões fundamentais para enfrentar as exclusões e violências que atravessam a experiência desses jovens.

As narrativas suscitadas ao longo das oficinas de atividade revelaram os desafios enfrentados por jovens trans em diversas esferas da vida, como na família, na escola e na circulação em espaços públicos. Esses contextos, frequentemente marcados por estigmas e violências, reforçam a necessidade de articulações sociais e políticas que garantam direitos e promovam a participação social. As políticas públicas existentes, ainda que representem avanços, não têm sido suficientes para reverter as situações de exclusão vivenciadas por essa população, destacando a importância da continuidade de lutas sociais organizadas para efetivar essas garantias.

Por meio da articulação entre teoria e prática, este trabalho reforça a relevância da terapia ocupacional social na promoção da participação social tomando a cidadania como seu eixo orientador. As

oficinas de atividades, dinâmicas e projetos ao integrarem práticas criativas, reflexivas, críticas e coletivas, não apenas se direcionam para o fortalecimento pessoal e social dos jovens enquanto sujeitos sociais, mas também criaram condições para a produção de novas estratégias de resistência e enfrentamento às normativas opressoras (Barros et al., 2002; Pan et al., 2022). Assim, conclui-se que a construção de espaços de cuidado, como os proporcionados pelas oficinas de atividades, é essencial para fomentar o reconhecimento e a valorização das vivências dissidentes. Estes espaços não apenas tensionam os sistemas normativos que perpetuam a exclusão, como também ampliam os horizontes de possibilidades para uma vida mais vivível.

5. Referencias

- Andrade, L. N. (2012). Travestis na escola: Assujeitamento e/ou resistência à ordem normativa (Tese de doutorado). Universidade Federal do Ceará.
- Barros, D. D.; Ghirardi, M. I. G. & Lopes, R. E. (2002). Terapia ocupacional social. *Revista de Terapia Ocupacional da USP*, 13(3), 95-103.
- Bardi, G.; Malfitano, A. P. S. (2014) Pedrinho, religiosidade e prostituição: os agenciamentos de um ser ambivalente. *Saúde Soc.* 23(1), 42-53.
- Bardi, G.; Pereira, B. P.; Vasters, G. P.; Braga, I. F.; Oliveira, M. L. & Souza, R. G. M. (2023). Terapia ocupacional social em pauta: práticas, pesquisas e reflexões contemporâneas. *Cadernos Brasileiros de Terapia Ocupacional*, 21(spe), e2301.
- Benedetti, M. (2005). Toda feita: O corpo e o gênero das travestis. Rio de Janeiro: Garamond.
- Bento, B. (2014). Nome social para pessoas trans: Cidadania precária e gambiarra legal. *Contemporânea - Revista de Sociologia da UFSCar*, 4(1), 165–165.
- Bento, B., & Pelúcio, L. (2012). Despatologização do gênero: A politização das identidades abjetas. *Revista Estudos Feministas*, 20(2), 569–581.
- Braga, I. F., Melo, K. M. M., Monzeli, G. A., Leite Junior, J. D., Farias, M. N., & Correia, R. L. (2020). Crise da democracia brasileira e o cotidiano de pessoas dissidentes de gêneros e sexualidades: reflexões baseadas na terapia ocupacional social. *Cadernos Brasileiros de Terapia Ocupacional*, 28(2), 693-705.

- Brasil. (2018). Resolução CNE/CP nº 1, de 19 de janeiro de 2018. Diário Oficial da Repùblica Federativa do Brasil, Poder Executivo, Brasília.
- Brasil. Ministério da Saúde. Secretaria de Gestão Estratégica e Participativa, Departamento de Apoio à Gestão Participativa. (2013). Política Nacional de Saúde Integral de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transsexuais (1ª ed., 1ª reim.). Ministério da Saúde.
- Brasil. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Secretaria Nacional de Assistência Social. (2004). Política Nacional de Assistência Social – PNAS/2004; Norma Operacional Básica – NOB/Suas. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome – Secretaria Nacional de Assistência Social.
- Butler, J. (2003). Problemas de gênero: Feminismo e subversão da identidade. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- Duque, T. (2009). Montagens e desmontagens: Vergonha, estigma e desejo na construção das travestilidades na adolescência (Dissertação de mestrado). Universidade Federal de São Carlos, São Carlos.
- Feixa, C. & Leccardi, C. (2010). O conceito de geração nas teorias sobre juventude. Sociedade e Estado, 25(2), 185–204.
- Ferreira, G. M. & Miranda, M. A. G. de C. (2024). Discursos docentes sobre a “aceitação” da inclusão de pessoas trans na escola. Educação & Linguagem, 24(1), 27–47.
- Foucault, M. História da Sexualidade 1: a vontade de saber. Rio de Janeiro: Graal, 1985.
- Goffman, E. (1982). Estigma: Notas sobre a Manipulação da Identidade Deteriorada. Rio de Janeiro: Zahar Editores.
- Irineu, B. A. (2023). Disputas, alianças e políticas de resistência: Os direitos LGBTI+ no Brasil atual. Revista Brasileira de Ciências Sociais, 38(111), e3811014.
- Kulick, D. (1998). Travesti: Sex, gender, and culture among Brazilian transgendered prostitutes. Chicago: The University of Chicago Press.
- Leite Jr. J. D. (2024) "A gente tá falando de deixar viver uma galera que morre": práticas profissionais de terapeutas ocupacionais junto à população dissidente de gêneros e sexualidades no cenário brasileiro. (Tese de doutorado) Universidade Federal de São Carlos, São Carlos.
- Lopes, R. E., Malfitano, A. P. S., Silva, C. R. & Borba, P. L. O. (2014). Recursos e tecnologias em Terapia Ocupacional Social: Ações com jovens pobres na cidade. Cadernos Brasileiros de Terapia Ocupacional, 22(3), 591-602.
- Louro, G. L. (2003). Currículo, gênero e sexualidade: O “normal”, o “diferente” e o “excêntrico”. In Louro, G. L.; Neckel, J. F. & Goellner, S. V. Corpo, gênero e sexualidade: Um debate contemporâneo na educação (p. 41–52). Petrópolis: Vozes.
- Louro, G. L. (2013). O corpo educado: Pedagogias da sexualidade. Belo Horizonte: Autêntica.
- Marques, E. C. L. (2009). As redes sociais importam para a pobreza urbana? Dados, 52(2), 471–505.
- Melo, K. M. M. (2016). Terapia Ocupacional Social, pessoas trans e Teoria Queer: (re)pensando concepções normativas baseadas no gênero e na sexualidade/Social Occupational Therapy, transgender and Queer Theory: (re)thinking normative conceptions based in gender and sexualities. Cadernos Brasileiros De Terapia Ocupacional, 24(1), 215–223.

- Melo, K. M. M. (2021). Entre rupturas e permanências: Modos de vida e estratégias de enfrentamento à vida nas margens no cotidiano de pessoas trans (Tese de doutorado). Universidade Federal de São Carlos, São Carlos.
- Melo, K. M. M.; Farias M.N. & Lopes, R. E. (2023) Terapia ocupacional social e justiça social: diálogos a partir das demandas trans. *Cadernos Brasileiros de Terapia Ocupacional*, 31, e3421.
- Melo, K. M. M.; Malfitano, A. P. S. & Lopes, R. E. (2020). Os marcadores sociais da diferença: Contribuições para a terapia ocupacional social. *Cadernos Brasileiros de Terapia Ocupacional*, 28(3), 1061–1071.
- Melo, K. M. M., & Lopes, R. E. (2023). Modos de vida, experiências trans e enfrentamentos: Considerações para a ação técnica em terapia ocupacional social. *Cadernos Brasileiros de Terapia Ocupacional*, 31(spe), e3225.
- Melucci, A. (1997). Juventude, tempo e movimentos sociais. *Revista Brasileira de Educação*, 05 (06), 5–14.
- Miskolci, R. (2012). Teoria Queer: Um aprendizado pelas diferenças. Belo Horizonte: Editora Autêntica.
- Monzeli, G. A.; Braga, I. F.; Goes, J. S.; Silva, D. A.; Marques, L. Z. M.; Angelo, S. M. W.; Monteiro Filho, L. D. & Batista, M. C. M. D. (2023). Terapia ocupacional social, gêneros e sexualidades dissidentes: experiências a partir da extensão universitária. *Cadernos Brasileiros de Terapia Ocupacional*, 31, e3390.
- Monzeli, G. & Lopes, R. E. (2013). Terapia ocupacional e sexualidade: Uma revisão nos periódicos nacionais e internacionais da área. *Revista de Terapia Ocupacional da Universidade de São Paulo*, 23(3), 237–244.
- Pan, L. C.; Borba, P. L. O. & Lopes, R. E. (2022). Recursos e metodologias para o trabalho de terapeutas ocupacionais na e em relação com a escola pública. In Lopes, R. E. & Borba, P. L. O. *Terapia ocupacional, educação e juventudes: Conhecendo práticas e reconhecendo saberes* (p. 97–126). São Carlos: EdUFS-Car.
- Pelúcio, L. (2016). Na noite nem todos os gatos são pardos: Notas sobre a prostituição travest. *Cadernos Pagu*, (25), 217–248.
- Pelucio, L. (2007). Nos nervos, na carne, na pele: Uma etnografia sobre prostituição travesti e o modelo preventivo de AIDS (Tese de doutorado) Universidade Federal de São Carlos, São Carlos.
- Pereira, P. E., & Malfitano, A. P. S. (2014). Atrás da cortina de fumaça: Jovens da periferia e a temática das drogas. *Saúde & Transformação Social / Health & Social Change*, 5, 27–35.
- Petry, A. R., & Kleinpaul, W. V. (2016). Nome social: Uma conquista dos movimentos sociais desconhecida por serviços de atenção básica em um município do Rio Grande do Sul. *Revista Enfermagem Brasil*, 15(1), 26–32.
- Scott, J. (2012). A Invisibilidade da Experiência. *Projeto História : Revista Do Programa De Estudos Pós-Graduados De História*, 16, 297-325.
- Silva, G. W. dos S.; Souza, E. F. L.; Sena, R. C. F.; Moura, I. B. L.; Sobreira, M. V. S. & Miranda, F. A. N. (2016). Situações de violência contra travestis e transexuais em um município do nordeste brasileiro. *Revista Gaúcha de Enfermagem*, 37(2), e56407.
- Silva, M. J. (2019) Terapia Ocupacional Social, Juventudes e espaço público. (Tese de doutorado). Universidade Federal de São Carlos, São Carlos.

Warner, M. (1991) *Fear of a queer planet: queer politics and social theory*. Minnesota: Minnesota Press.



TRANStornados: Oficinas de Atividades, dinâmicas e projetos como espaços de suporte, reconhecimento e cidadania junto a jovens trans. © 2024 by Késia Maria Maximiano de Melo is licensed under [CC BY-NC-SA 4.0](#)